



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DE GOIÁS
CORE/GO**

**DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)**

**I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas de seu quadro de pessoal e formação de cadastro reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 01, DE 20 DE MARÇO DE 2023**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
435004315	Ana Lídia Vieira De Souza Cavalcante	Assistente Administrativo
435000080	Bruna Guimarães De Melo	Assistente Administrativo
435000747	Celeste Cardoso De Jesus	Assistente Administrativo
435000373	Clarissa De Jesus Silva	Assistente Administrativo
435002684	Gabriel Oliveira Rocha	Assistente Administrativo
435002525	Handryus Cainan Nogueira Costa	Assistente Administrativo
435002880	Isabella Carneiro Gontijo	Assistente Administrativo
435002014	Kamila Da Silva Fidelix	Assistente Administrativo
435002475	Kennedy Cristian Dornelas Fernandes	Assistente Administrativo
435000506	Lara Da Silva Santos	Assistente Administrativo
435001288	Leandro Mendonça Guimarães	Assistente Administrativo
435003839	Marcos Ricardo Vieira Gomes	Assistente Administrativo
435000104	Nilson Bonfim Pereira Junior	Assistente Administrativo
435002750	Yuri Thiago Torres Da Silva	Assistente Administrativo
435000956	Angela Amanda Simões	Fiscal
435000175	Angela Rosana Pereira Da Silva	Fiscal
435002833	Antonio Carlos Barros Oliveira	Fiscal
435002653	Ariane Nunes Borges	Fiscal
435001613	Avena De Sousa Borges	Fiscal
435000079	Bruna Guimarães De Melo	Fiscal
435001306	Bruno Cleiton Araújo Teixeira	Fiscal
435000502	Carlos Alberto Lima De Melo	Fiscal
435002344	Daiane Batista Silva	Fiscal
435002498	Daniene Aparecida Marques Lima	Fiscal

435001933	Danielle Rodrigues Melo	Fiscal
435004142	Danilo Soares Da Silva	Fiscal
435004211	Deni Gomes Da Silva Junior	Fiscal
435002729	Diego Santana Campos	Fiscal
435003455	Edercy Antunes Vieira	Fiscal
435003352	Esther De Paula Oliveira	Fiscal
435003547	Eyschilla Printes	Fiscal
435003849	Flavio De Sousa Pereira	Fiscal
435000876	Franciely Marcal Silva	Fiscal
435003970	Guilherme Da Mata Goulart Sousa	Fiscal
435004100	Heliésio Terra Da Silva	Fiscal
435004012	Helvio Cursino Silva Passos	Fiscal
435002420	Hiander Rodrigues Da Silva	Fiscal
435000628	Isabelly Campelo Mendonça	Fiscal
435003237	Jacqueline Monteiro Lima	Fiscal
435001889	Jeany Goncalves Silva	Fiscal
435003563	Joyce Gonçalves Da Cruz Bernadeli	Fiscal
435001768	Júlio César Souza	Fiscal
435002013	Kamila Da Silva Fidelix	Fiscal
435001784	Kelly Fialho Santana	Fiscal
435001432	Lanna Karem Batista Oliveira Vasconcelos	Fiscal
435000508	Lara Da Silva Santos	Fiscal
435002095	Leandro César Alves Guimarães	Fiscal
435003496	Lucas Ventura De Sousa	Fiscal
435004426	Luciana Conrado Duarte De Souza	Fiscal
435001383	Mateus Jônatas De Oliveira	Fiscal
435003438	Mylena De Paula Oliveira Faria	Fiscal
435002061	Nathalia Melo De Souza Mendes	Fiscal
435004178	Rafael Alves Canuto	Fiscal
435002661	Rafael Miguel Barbosa Da Silva	Fiscal
435003175	Rodrigo De Jesus Pereira Dos Santos	Fiscal
435002707	Salatiel Rodrigues De Oliveira	Fiscal
435001519	Samela Luciana Camila Rodrigues	Fiscal
435003865	Vinícius Gusmão Macedo	Fiscal
435000848	Vitória Kelren Maciel De Azevedo	Fiscal
435001934	Wallace Souza Santos	Fiscal
435002507	Weverton Teixeira Da Silva	Fiscal
435000071	Yuri Calixto Alvarenga	Fiscal

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Assistente Administrativo

BRANCA	VERDE
02	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado “Considerando que o emprego dos recursos coesivos pode ser identificado de acordo com as relações estabelecidas pelas diversas classes de palavras no contexto da enunciação, assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “B) Em “solução para a crise climática”, a substituição da preposição “para” por “pela” acarretaria a possibilidade da origem de uma expressão ambígua no contexto apresentado.” foi adequadamente considerada correta. No plano da coesão sequencial, os recursos coesivos colaboram para o estabelecimento de relações lógico-semânticas – de tempo, de oposição, de finalidade, de causa, etc. Entre esses recursos, encontram-se preposições, conjunções locuções conjuntivas, adjuntos adverbiais e expressões criadas pelo enunciador para marcar alguma relação lógico-semântica entre componentes do texto. Por exemplo, expressões que indicam relações espaciais, como na minha casa / na casa da minha avó, ou temporais, como na hora que eu cheguei / na hora que eu saí; na minha infância / na minha adolescência. A presença de pares de expressão como esses num texto pode contribuir para que o ouvinte/leitor entenda a organização dos conteúdos verbalizados. A correlação entre os tempos e modos verbais também é um recurso de coesão sequencial. Quando se diz, por exemplo, “Ontem eu falei com meu vizinho para não fazer barulho depois das 22 horas. Eu já tinha falado antes, mas ele não ligou”, a relação entre o pretérito perfeito (falei) e o pretérito mais-que-perfeito (tinha falado) sinaliza a relação temporal entre os fatos narrados e contribui para a construção da coesão pelo ouvinte/leitor. Em “E se eu te contar que as mudanças climáticas afetam mais algumas pessoas do que outras? A escritora Lindsey Jean Schueman apontou as razões principais que podem fazer de nós a solução para a crise climática.” Solução pela crise = solução em favor da crise ou solução feita, realizada ou executada pela crise. A alternativa “D) No quarto parágrafo do texto, a expressão “Recentemente, tivemos” demonstra uma contradição proposital em que um advérbio denota um presente em oposição à forma verbal cuja expressão é a do pretérito.” não pode ser considerada correta. Não há contradição, a palavra “recentemente” não indica o presente, mas sim um passado bem próximo ao presente. Trata-se de um advérbio = 1. De modo recente. 2. Há pouco tempo

Fonte:

- Azeredo, José -Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Cegalla, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.
- Garcia, Othon. Comunicação em prosa moderna.

BRANCA	VERDE
07	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado “Ao dizer que [...] “o Acordo de Paris foi encabeçado por 30 ‘leoaas’.”, o enunciado utiliza:”, a alternativa “B) Uma linguagem metafórica cujo objetivo é expressar o sentimento de liderança demonstrado por um grupo específico.” foi adequadamente indicada como correta. “Também buscamos pela igualdade de oportunidades, afinal, recebemos apenas 2% do investimento masculino, e não podemos nos esquecer do nosso lado visionário – o Acordo de Paris, em 2015, foi encabeçado por 30 'leoaas'.” “A metáfora é, para a maioria das pessoas, um recurso da

imaginação poética e um ornamento retórico – é mais uma questão de linguagem extraordinária do que de linguagem ordinária. Mais do que isso, a metáfora é usualmente vista como uma característica restrita à linguagem, uma questão mais de palavras do que de pensamento ou ação.” Ocorre uma comparação implícita entre “mulheres” e “leões”. A alternativa “D) Uma comparação explícita entre “mulheres” e “leões”, de modo a ultrapassar os limites do significado habitual das palavras utilizadas.” não pode ser indicada como correta. A comparação explícita ocorreria caso o termo comparativo “como” - ou seu correspondente – tivesse sido empregado.

Fonte:

- Azeredo, José -Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Cegalla, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE
10	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado “Na comunicação oficial há padrões que devem ser seguidos e observados. Estabeleça a correspondência correta entre algumas características e o documento indicado a seguir.”, a alternativa “A) 3, 1, 2.” foi adequadamente indicada como correta. Não é obrigatório que haja um item para cada número indicado. Tal tipo de questão está de acordo com os parâmetros de formulação de questões e indica um nível de dificuldade maior em relação àquela em que o número de itens é o mesmo que o número de números apresentados.

Fonte:

- Comunicação em prosa Moderna. Othon Garcia.
- Tânia Dutra Henriques. Português para provas e concursos.

BRANCA	VERDE
12	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da Questão solicita que: “Assinale a alternativa que mostra o correto intervalo de preços, em reais, para que a demanda pelo produto em questão esteja **entre** 9 e 24 unidades.” Ou seja, acima de 9 unidades e abaixo de 24 unidades.

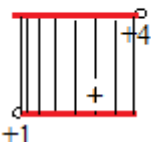
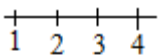
A questão pode ser resolvida utilizando o conhecimento sobre inequações. Assim, aplicando tal conhecimento, a inequação que corresponde ao enunciado é:

$$9 < D < 24$$

$$9 < 25 - P^2 < 24$$

(Observar que não há o emprego dos sinais \geq e \leq .)

Ao resolver esta inequação, tem-se, conforme representação a seguir, que R\$ 1,00 < P < R\$ 4,00.



Portanto, conforme o gabarito, a resposta correta é a alternativa A.

Fonte:

- DA SILVA, S. M.; DA SILVA, E. M.; DA SILVA, E. M. **Matemática para os cursos de economia, administração e ciências contábeis**. 5ed. São Paulo: Atlas, 1999. 309p.

BRANCA	VERDE
13	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Condição para que as proposições sejam equivalentes: as proposições devem apresentar os mesmos valores lógicos do resultado da operação lógica-matemática, quando construirmos as tabelas-verdade.

Uma maneira de resolver a questão é construindo, inicialmente, a tabela-verdade correspondente à proposição do enunciado e posteriormente compará-la com as proposições das alternativas.

Para construir a tabela-verdade da proposição do enunciado, representar a proposição “Se Ester pratica natação, então ela faz atividade física.” em proposições simples.

p: Ester pratica natação.

q: Ester faz atividade física.

Forma simbólica: $p \rightarrow q$.

Possibilidades	p	q	$p \rightarrow q$
1	V	V	V
2	V	F	F
3	F	V	V
4	F	F	V

Esta tabela-verdade, como mencionado, servirá para comparar as tabelas-verdade de todas alternativas (A, B, C e D). As proposições das alternativas serão equivalentes à proposição do enunciado se os resultados da operação lógica-matemática coincidirem.

Para o caso da proposição “Ester não pratica natação ou faz atividade física.”, com representação simbólica $\sim p \vee q$, a tabela-verdade é

Possibilidades	p	q	$\sim p$	$\sim p \vee q$
1	V	V	F	V
2	V	F	F	F
3	F	V	V	V
4	F	F	V	V

Comparando as últimas colunas das tabelas-verdade, ambas possuem os mesmos valores lógicos. Portanto, as proposições “Se Ester pratica natação, então ela faz atividade física.” e “Ester não pratica natação ou faz atividade física.” **são equivalentes**.

Nome da equivalência notável: Reescrita da condicional $p \rightarrow q \Leftrightarrow \sim p \vee q$.

As demais alternativas (A, B e C) não apresentam as considerações acima para que sejam equivalentes. Portanto, a resposta correta é a alternativa D.

Fonte:

- BISPO, C. A. F.; CASTANHEIRA, L. B.; SOUZA FILHO, O. M. S. **Introdução à lógica matemática**. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 135p.
- ZANIN, V. L. **Raciocínio lógico e matemático**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2016. 184 p.

BRANCA	VERDE
15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A presente questão pode ser resolvida conforme a seguir:

Recordar que velocidade (v) e tempo (t) são grandezas inversamente proporcionais. Para a situação em questão, se, por exemplo, a velocidade aumentar, o tempo diminui.

A seguir o quadro com os dados informados no enunciado da questão.

$v(\text{km/h})$	$t(\text{h})$ Horário de chegada ao destino (Não é o tempo gasto no percurso)	$t(\text{h})$ Tempo gasto no percurso (desconhecido)
9	11	t
15	9	$t - 2$, onde $t - 2 = t - (11 - 9)\text{h}$ (Chegou ao destino com 2 h a menos)

Utilizando as informações do quadro, calcular o tempo gasto no percurso quando a velocidade constante é de 9 km/h, ou seja, o valor de t . Para tanto, lembrando que a velocidade e o tempo são grandezas inversamente proporcionais, aplicara proporção:

$$\frac{9\text{km/h}}{15\text{km/h}} = \frac{t - 2\text{h}}{t}$$

$$\frac{3}{5} = \frac{t - 2\text{h}}{t}$$

$$5t - 10\text{h} = 3t$$

$$t = 5\text{h}$$

Analisando o resultado: Se o atleta gastou 5 h para chegar ao destino às 11 h da manhã quando estava com velocidade constante de 9 km/h e deve ser considerado que ele chegue às 10 h da manhã, então o atleta deve fazer o percurso com 1 h a menos, ou seja, gastar 4 h.

Para maior clareza, colocar as últimas informações no quadro a seguir, onde v é a velocidade do atleta em 4 h.

$v(\text{km/h})$	$t(\text{h})$ gasto
9	5
v	4

Finalmente, lembrando novamente que a velocidade e o tempo são grandezas inversamente proporcionais, aplicar a proporção:

$$\frac{9\text{km/h}}{v} = \frac{4\text{h}}{5\text{h}}$$

$$4v = 45\text{km}$$

$$v = 11,25 \text{ km/h}$$

Ou conforme a disciplina Física:

Uma vez que a velocidade é constante, a equação $v = \frac{d}{t}$ pode ser usada, onde v é a velocidade, d é a distância percorrida e t é o tempo gasto para percorrer a distância d .

Inicialmente encontrar a distância percorrida d . Para tanto, considerar as velocidades 9 km/h e 15 km/h e calcular os tempos gastos no percurso para estas velocidades:

$$v_9 = \frac{d}{t_9} \qquad v_{15} = \frac{d}{t_{15}}$$

$$d = v_9 t_9 \qquad d = v_{15} t_{15}$$

$$d = (9\text{km/h})t \qquad d = (15\text{km/h})(t - 2)$$

Igualando as duas últimas equações:

$$(9\text{km/h})t = (15\text{km/h})(t - 2)$$

$$t = 5\text{h}$$

(5h é o tempo gasto para o atleta percorrer o percurso d com velocidade de 9 km/h.)

Utilizar o tempo encontrado ($t = 5\text{h}$) e calcular a distância percorrida d .

$$v = \frac{d}{t}$$

$$d = vt$$

$$d = (9\text{ km/h})(5\text{ h})$$

$$d = 45\text{ km}$$

Então, como o percurso é o mesmo (d é o mesmo), para $t = 4\text{ h}$:

$$v = \frac{d}{t}$$

$$v = \frac{45\text{ km}}{4}$$

$$v = 11,25\text{ km}$$

Portanto, conforme o gabarito, a resposta correta é a alternativa B.

Fonte:

- AVERSI-FERREIRA, T. A. **Matemática básica interdisciplinar: razão e proporção**. 1 ed. São Paulo: Átomo, 2018. 150p.

BRANCA	VERDE
16	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, pois a criação de autarquias decorre de descentralização administrativa e não política. A assertiva “B” é falsa pois a administração centralizada compreende apenas os órgãos subordinados do ente federativo e não suas entidades. A assertiva “C” é falsa, pois o CORE é entidade autárquica, não decorre de descentralização política e não integra a administração pública do Estado de Goiás. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Site institucional CORE/GO - <https://www.core-go.org.br/pagina/view/1>

BRANCA	VERDE
19	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a assertiva-resposta esteja incorreta, ao argumento de que a Lei n. 9.784/99 de que nem todos os atos do processo demandam intimação do interessado, contudo, a assertiva “A” determina a intimação nos casos de imposição de deveres, ônus, sanções, ao exato teor do art. 28 da norma. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei n. 9.784/99.

BRANCA	VERDE
23	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a assertiva-resposta esteja incorreta, pois o art. 12, § 4º da Constituição Federal estabelece exceções à perda da cidadania brasileira. Ocorre que o enunciado narra situação diversa das previstas na exceção constitucional pois, Armênio não tinha cidadania originária italiana e nem estava em condição de imposição de cidadania pelo estado estrangeiro. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 12, § 4º.

BRANCA	VERDE
25	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a assertiva “C” esteja correta, no que se equivoca, pois o Poder Judiciário deve dar ciência ao Conselho Nacional de Justiça e não ao Conselho Nacional do Ministério Público, conforme art. 19 da Lei de Acesso à Informação. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei de Acesso à Informação.

BRANCA	VERDE
40	37

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O Decreto citado no enunciado da questão realmente denota que a resposta correta seria opção de resposta B: Ministério da Justiça. No entanto, o parágrafo 15 foi revogado nos termos do inciso III do Art. 19 do Decreto Federal nº 10.148, de 02 de dezembro de 2019. Observe:

“(…) Art. 19. Ficam revogados:

III. O parágrafo único do Art. 15 do Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996; (…).”

Dessa forma, a questão não apresenta gabarito correto em suas opções de resposta.

Cargo: Fiscal

BRANCA	VERDE
01	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmativa considerada adequada em relação às atitudes do autor, Rubem Braga, é que “o passarinho bicudo era considerado o seu inimigo cordial”. Tal fato pode ser claramente comprovado através dos trechos literais: “Mas o bicudo ficou logo meu amigo — ou, mais precisamente, meu inimigo cordial. Podia se assustar com outras pessoas, mas logo me reconhecia quando eu me aproximava da gaiola” (3º§). Entretanto, as demais afirmativas são incoerentes às citações do cronista.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
02	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A crônica é um gênero textual muito presente em jornais e revistas. Em geral, os assuntos abordados em textos desse tipo são voltados ao cotidiano das cidades – a crônica pode ser entendida como um retrato verbal particular dos acontecimentos urbanos. Tendo em vista o assunto narrado, é possível inferir que a mensagem de interesse para o cronista relaciona-se a uma “observação irônica”. É evidente que a narrativa evidencia uma situação inusitada e irônica, zombando da situação de que emprestar o passarinho causou ao articulista uma situação inesperada. Observe os seguintes trechos literais: “No dia seguinte à minha volta peguei meu amigo no escritório, à tarde, com a intenção de passar pela sua casa e apanhar meus passarinhos. Ele perguntou se eu queria mesmo os bichos de volta; por que não os deixava mais algum tempo em sua casa? Achei que ele estava desconversando; vai ver que algum passarinho tinha morrido. Jurou que não. De toda maneira, relutou em vir para Ipanema comigo; senti que não queria que eu fosse à sua casa. Quando insisti, ele disse com ar misterioso: — Bem, se você puder levar... Quando cheguei à casa é que senti o drama. A mulher de meu amigo não estava de maneira alguma disposta a me devolver os passarinhos, e teve uma discussão com ele a esse respeito. [...] Depois do jantar com um bom vinho, entrei jeitosamente na conversa com a senhora. Ela relutava, punha a culpa nas crianças que iriam ficar muito tristes, uma empregada até chorara quando soube que eu ia levar os passarinhos”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
13	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso haver duas respostas corretas: alternativas A e B.

Entretanto, as razões recursais não se sustentam, pois o enunciado informa que: “Sempre que a empresa lança notas fiscais corretamente, seus funcionários recebem bônus”. Ora, é possível que os funcionários recebam bônus em outras situações além dessa, pois o “Sempre que” não tem o mesmo significado lógico que “Apenas se” ou o “Só quando”, constante na segunda premissa: “Os funcionários da empresa só ganham reajuste salarial quando as notas fiscais da instituição estão de acordo com o marco regulatório.”

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
15	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso que o gabarito preliminar está incorreto. Entretanto, não apresenta argumentos que sustentam essa afirmação.

Assim, para fins de elucidação, apresenta-se uma proposta de solução da questão com aplicação da regra de três composta:

Aplicando-se a regra de três composta:

Assistentes	Inscrições	Dias
8	20	3
9	x	6

$$\frac{20}{x} = \frac{3}{6} * \frac{8}{9}$$

$$x = 45$$

Note-se que é possível utilizar apenas uma noção lógica de proporcionalidade entre os números:

Os dias foram dobrados, então espera-se que haja o dobro de inscrições.

O número de Assistentes aumentou em 1 unidade, ficando 9/8 do valor inicial. Logo, o número de inscrições (20) será multiplicado por $2 * \frac{9}{8}$: $20 * 2 * \frac{9}{8} = 45$

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
16	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a assertiva “D” esteja correta, todavia, ela não se refere ao CORE/GO e sem aos conselhos profissionais em geral. Nem todos os conselhos profissionais integram a Administração Indireta federal, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil, que é pessoa jurídica de direito privado, dentre outros. Nesse sentido, apesar de o CORE/GO ter, expresso em sua lei instituidora, a natureza de direito público, os conselhos profissionais são uma espécie sui generis de pessoa jurídica não estatal, gozam de ampla autonomia e independência e não estão, todos, submetidos ao controle institucional, político ou administrativo de um ministério ou da Presidência da República. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Portal STF - <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=451311&tip=UN>

BRANCA	VERDE
20	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a assertiva “b” esteja incorreta, no que se equivoca. As assertivas apresentadas não tratam da literalidade da norma e sim de sua aplicação no caso concreto. O fato narrado na assertiva-resposta “B” configura uma das hipóteses em que o prosseguimento do feito ocorrerá, independentemente de outros casos. No caso, o candidato deve raciocinar que a idade dos interessados, apontada apenas como elemento de raciocínio, não impedem julgar a consequência apontada, qual seja, o prosseguimento do processo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei 9.784/99.

BRANCA	VERDE
21	16

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O candidato sustenta que a assertiva resposta esteja incorreta, pois a Lei de Acesso à Informação não menciona a palavra “integralidade” e sim “integridade”. Embora o termo tenha sido digitado incorretamente, havendo mero erro material, a troca dos termos prejudica a interpretação, tornando a assertiva incorreta. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Lei Acesso à Informação.

BRANCA	VERDE
24	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que o termo “salvo” é diferente do termo “ressalvado”, todavia, ambos têm o mesmo sentido de “exceto” e não alteram o sentido da norma. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal.

BRANCA	VERDE
26	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os autores Felipe Sobral e Alketa Peci afirmam que a estrutura funcional é o resultado do critério de departamentalização mais lógico e intuitivo, já que se refere à agregação de tarefas de acordo com a função organizacional – marketing, finanças, recursos humanos, operações, entre outros. Dessa forma, trata-se de um critério de agrupamento baseado na similaridade das tarefas, habilidades, uso de recursos e conhecimentos necessários para o desempenho de cada função.

Fonte:

- SOBRAL, Filipe e PECI, Alketa – Administração – Teoria e Prática no contexto brasileiro – São Paulo – Editora Pearson – Pág. 180.

BRANCA	VERDE
28	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Acerca dos meios para se exercer influência a autora Anna Maris Pereira conceitua:

- I. Assertividade => Refere-se à franqueza e honestidade nas ordens dadas.
- II. Racionalidade => Modo de exercer influência usada, em geral, por gerentes fortes, que apelam para a razão e para a lógica.
- III. Insinuação => Maneira de exercer influência utilizando habilidades políticas para conquistar a simpatia e o bem-querer do grupo. Em geral, utiliza-se a forma amigável ao se fazer um pedido. Tratando-se as pessoas com cortesia e bons modos, consegue-se obter a cooperação quando necessário.
- IV. Troca => Método de influenciar oferecendo reciprocidade se seus pedidos forem atendidos. Administradores incapazes de influenciar pessoas de outras formas usarão a troca e farão barganhas com os subordinados.
- V. Persuasão => Tentativa de prevalecer sobre o outro por meio de conselhos ou indução, sem o forçar a fazer algo.
- VI. Coação => Pressiona-se o outro, até fisicamente, a agir como se deseja que ele aja.

Portanto, todos os itens ofertados na questão estão corretos.

Fonte:

- PEREIRA, Anna Maris – Introdução à Administração – 3ª Edição – São Paulo – Editora Pearson – Pág. 241.

BRANCA	VERDE
29	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os autores Jeff Hollenbeck e Andrew Wagner afirmam que os grupos de trabalho funcionais ajudam a integrar e a coordenar colaboradores que executam tarefas parecidas. Trabalhadores desses grupos podem trocar informações sobre procedimentos, aprofundando seus conhecimentos e habilidades. Eles também podem ajudar uns aos outros quando necessário. Esse tipo de cooperação pode aumentar muito a produtividade. Além disso, o agrupamento funcional pode permitir que a empresa tenha vantagens sobre outras economias de custos. Suponha que os recebedores das três linhas de montagem precisem de apenas cinco horas por dia para concluir seu trabalho e fiquem ociosos durante as três horas restantes. Se o recebimento for operado por um único grupo de trabalho, a empresa pode economizar mediante o emprego de dois recebedores em lugar de três. O terceiro recebedor pode ser transferido para outra área da empresa para executar um trabalho mais produtivo e a empresa pode obter benefício substancial da melhoria de eficiência no uso dos recursos humanos.

A questão aborda sobre uma empresa que produz escrivaninhas, estantes e cadeiras de madeiras. Para fabricar cada um desses produtos são necessárias quatro atividades básicas descritas nos itens a, b, c e d, dispostos em forma de tópicos. A seguir, a questão complementa o enunciado e solicita a resposta correta: A, B, C ou D, sendo estas as alternativas a serem analisadas e escolhida a alternativa correta.

- Fonte:
- HOLLENBECK, Jeff e WAGNER, Andrew – Comportamento Organizacional – Criando vantagem competitiva – São Paulo – Editora Saraiva – 2020 – Pág. 240.

BRANCA	VERDE
30	28

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Verificando as afirmativas dispostas na questão, constata-se que:

- I. **INCORRETA => Codificação por parte do emissor => O receptor interpreta a mensagem e deve compreendê-la, ou seja, transformá-la em informação com significado para ele. É aqui que a percepção interfere na compreensão, pois as pessoas frequentemente interpretam as mensagens de acordo com suas necessidades e motivações psicológicas. CORRETA É A DECODIFICAÇÃO.**
- II. **INCORRETA => Transmissão => Cabe a quem envia a mensagem organizá-la por meio das ideias expressas por símbolos, palavras ou gestos compreensíveis ao receptor. A escolha do código tem forte influência na eficácia da comunicação e deve ser compatível com o nível cultural e intelectual do receptor. CORRETA É A CODIFICAÇÃO.**
- III. **INCORRETA => Decodificação => Existem várias formas de enviar a mensagem – por voz, por telefone, papel, correio eletrônico, expressão corporal e outros. Deve-se selecionar o meio mais adequado à mensagem, à ocasião e ao interlocutor. CORRETA É A TRANSMISSÃO.**
- IV. **CORRETA=> Feedback (retroação) => É caracterizado pelo retorno da mensagem que o remetente enviou, sem o qual é difícil saber se a mensagem foi recebida e compreendida.**

A autora define esses conceitos e a afirmativa correta seria somente o item **IV**, não apresentado na resposta, e **não os itens I e IV** como divulgado, pois o item I também está **incorreto**.

- Fonte:
- PEREIRA, Anna Maris – Introdução à Administração – 3ª Edição – São Paulo – Editora Pearson – Pág. 259

BRANCA	VERDE
32	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre Serviços Públicos e suas formas de prestação, não se confundindo com Ato Administrativo. Serviço público é todo aquele prestado pela Administração Pública ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades da coletividade, ou simples conveniência do Estado (MEIRELLES, 2017; MELLO, 2011).

Os serviços públicos podem ser prestados de forma Centralizada - o Poder Público presta por suas próprias repartições, em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade; Descentralizada - o Poder Público transfere a sua titularidade, ou simplesmente, a sua execução, por outorga ou delegação (permissão, concessão ou autorização); e, Desconcentrada - o Estado executa de forma centralizada mas distribui entre vários órgãos da mesma entidade.

A Outorga (Administração Indireta) é a forma de descentralização onde a transferência, somente por lei, da titularidade de determinado serviço público, possuindo presunção de definitividade e prazo indeterminado; a Delegação é a forma de descentralização onde a transferência da execução de determinado serviço público e não sua titularidade por meio de permissão ou autorização (atos unilaterais) ou concessão (ato contratual), possuindo relação de transitoriedade e prazo determinado (MEIRELLES, 2017).

Assim, dentre as formas de delegação há àquelas que são regulamentadas por atos unilaterais da Administração Pública, como é o caso das permissões e autorizações enquanto a concessão é regulamentada por ato bilateral.

O enunciado da questão traz a seguinte definição de Concessão: “é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho [...]”, nesse sentido não verificou-se a possibilidade da mesma a pessoas físicas na questão.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fonte:

- BRASIL. **Lei nº. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
- MELLO, C. A. B. **Curso de direito administrativo.** 29 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.
- MEIRELLES, H. **Direito administrativo brasileiro.** 18. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.

BRANCA	VERDE
35	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O sistema de controle na Administração Pública é estabelecido pela Constituição Federal de 1988, baseado na separação dos poderes, no sistema de controle de cada poder, no controle exercido pelo Poder Legislativo e no controle social (CARVALHO FILHO, 2007).

A Administração Pública desta forma está sujeita e exerce sobre si mesma diversas formas de controle, que possuem características e tipos de controles classificados: 1) Quanto ao fundamento: controle hierárquico e controle finalístico; 2) Quanto à sua localização ou origem: controle interno, controle externo e controle social; 3) Quanto ao órgão que exerce: controle administrativo - quando é realizado pela própria administração, controle legislativo - exercido pelo Poder Legislativo, através de seus órgãos e controle judicial - exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário; 4) Quanto ao momento em que se efetiva o controle: controle prévio – ocorre antes do surgimento do ato, controle concomitante – ocorre em todas as etapas do ato e controle posterior – ocorre após a emanção do ato; e, 5) Quanto à extensão do controle ou aspecto: controle de legalidade e controle de mérito (DI PIETRO, 2019; CARVALHO FILHO, 2011; HIGA *et al.*, 2018).

A questão em voga solicita em seu comando “O controle da Administração é **classificado pelo órgão que o exerce** [...]”, classificação esta que tem como única alternativa “administrativo, legislativo e judiciário”; já o controle “prévio, concomitante e posterior” refere-se à classificação do mesmo pelo momento em que ocorre.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fonte:

- CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de Direito Administrativo**. 17 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- HIGA, A. S.; CASTRO, M. P.; OLIVEIRA, S. Z. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Rideel, 2018.

BRANCA	VERDE
38	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para que se compreenda o disposto nos artigos 710 e 721, faz-se necessário conhecer os conceitos existentes nos demais artigos do Capítulo XII. O Artigo 710 versa sobre o “Contrato de Agência”, expressão esta que se torna incompreensível sem a devida leitura e correta interpretação do conteúdo explicativo. Não há sentido em se falar sobre “Contrato de Agência”, se não há compreensão sobre o que é o “agente”, qual é o papel do agente, qual a relação entre o proponente e o agente, pois são essas relações que configuram o citado “Contrato de Agente”. O artigo 710 é a introdução e o Artigo 721 é o fechamento (alcance) do “Contrato de Agente”. Não faz qualquer sentido ler APENAS a introdução e o fechamento de um capítulo de lei, haja vista que todo desenvolvimento e termos significativos encontram-se entre eles. Veja transcrição a seguir.

DISTRATORES:
<u>Alternativa A - CORRETO.</u> LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 <i>Art. 711. Salvo ajuste, o proponente não pode constituir, ao mesmo tempo, mais de um agente, na mesma zona, com idêntica incumbência; nem pode o agente assumir o encargo de nela tratar de negócios do mesmo gênero, à conta de outros proponentes.</i>
<u>Alternativa B - INCORRETO.</u> LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 <i>Art. 713. Salvo estipulação diversa, todas as despesas com a agência ou distribuição correm a cargo do agente ou distribuidor.</i>
<u>Alternativa C - CORRETO.</u> ALEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 <i>Art. 719. Se o agente não puder continuar o trabalho por motivo de força maior, terá direito à remuneração correspondente aos serviços realizados, cabendo esse direito aos herdeiros no caso de morte.</i>
<u>Alternativa D - CORRETO.</u> LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 <i>Art. 720. Se o contrato for por tempo indeterminado, qualquer das partes poderá resolvê-lo, mediante aviso prévio de noventa dias, desde que transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto do investimento exigido do agente.</i>

Fonte:

- LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm
CAPÍTULO XII - Da Agência e Distribuição
Art. 710. Pelo contrato de agência, uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada, caracterizando-se a distribuição quando o agente tiver à sua disposição a coisa a ser negociada.
Parágrafo único. O proponente pode conferir poderes ao agente para que este o represente na conclusão dos contratos.
Art. 711. Salvo ajuste, o proponente não pode constituir, ao mesmo tempo, mais de um agente, na mesma zona, com idêntica incumbência; nem pode o agente assumir o encargo de nela tratar de negócios do mesmo gênero, à conta de outros proponentes.

Art. 712. O agente, no desempenho que lhe foi cometido, deve agir com toda diligência, atendo-se às instruções recebidas do proponente.

Art. 713. Salvo estipulação diversa, todas as despesas com a agência ou distribuição correm a cargo do agente ou distribuidor.

Art. 714. Salvo ajuste, o agente ou distribuidor terá direito à remuneração correspondente aos negócios concluídos dentro de sua zona, ainda que sem a sua interferência.

Art. 715. O agente ou distribuidor tem direito à indenização se o proponente, sem justa causa, cessar o atendimento das propostas ou reduzi-lo tanto que se torna antieconômica a continuação do contrato.

Art. 716. A remuneração será devida ao agente também quando o negócio deixar de ser realizado por fato imputável ao proponente.

Art. 717. Ainda que dispensado por justa causa, terá o agente direito a ser remunerado pelos serviços úteis prestados ao proponente, sem embargo de haver este perdas e danos pelos prejuízos sofridos.

Art. 718. Se a dispensa se der sem culpa do agente, terá ele direito à remuneração até então devida, inclusive sobre os negócios pendentes, além das indenizações previstas em lei especial.

Art. 719. Se o agente não puder continuar o trabalho por motivo de força maior, terá direito à remuneração correspondente aos serviços realizados, cabendo esse direito aos herdeiros no caso de morte.

Art. 720. Se o contrato for por tempo indeterminado, qualquer das partes poderá resolvê-lo, mediante aviso prévio de noventa dias, desde que transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto do investimento exigido do agente.

Parágrafo único. No caso de divergência entre as partes, o juiz decidirá da razoabilidade do prazo e do valor devido.

Art. 721. Aplicam-se ao contrato de agência e distribuição, no que couber, as regras concernentes ao mandato e à comissão e as constantes de lei especial.

BRANCA	VERDE
40	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao conteúdo programático do edital: Ética e Sigilo Profissional. A correta interpretação da questão é, também, objeto de avaliação. Conforme disposto a seguir, há apenas uma afirmativa incorreta.

DISTRATORES:
Alternativa A - INCORRETO. RESOLUÇÃO Nº 2.058/2022 Art. 8º - <u>São ações de fiscalização corretiva:</u> (...) IV - envio da Notificação de Lançamento da multa administrativa.
Alternativa B - CORRETO. RESOLUÇÃO Nº 2.058/2022 Art. 9º - <u>São ações de fiscalização de natureza punitiva, esgotadas as diligências fiscalizatórias do respectivo Processo Administrativo: (...)</u> V - ajuizamento da Ação de Obrigação de Fazer Registro Profissional, de natureza cível;
Alternativa C - CORRETO. RESOLUÇÃO Nº 2.058/2022 Art. 7º - <u>São ações de fiscalização de natureza preventiva:</u> (...) V - apuração de denúncias formalizadas e fundamentadas;
Alternativa D - CORRETO. DECRETO-LEI N. 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL) <u>Violação do segredo profissional</u> Art. 154 - <u>Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem:</u> <u>Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa de um conto a dez contos de réis. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)</u> <u>Parágrafo único - Somente se procede mediante representação.</u>

Fonte:

- DECRETO-LEI N. 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
- RESOLUÇÃO Nº 2.058/2022 Revoga a Resolução nº 1.172/2020 e aprova Plano Nacional de Fiscalização do Exercício Profissional da Representação Comercial, na gestão 2022/2025. Disponível em: https://www.confere.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/12/RESOLUCAO_2058_2022.pdf

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

22 de junho de 2023
INSTITUTO CONSULPLAN